



## **“É QUE MESTRE SATANAS TINHA SUA CLIENTELA ENTRE NEGROS BOÇAIS...” ESPIRITISMO E RELIGIOSIDADE POPULAR NO PÓS-ABOLIÇÃO Em São José dos Campos (1917-1925)**

**autor Alberto Morgado Junior<sup>1</sup>, orientador<sup>1</sup> Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali**

– Núcleo de Pesquisa Pró-Memória São José dos Campos – Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica – IP&D – Univap Av. Shishima Hifumi, nº 2911, Urbanova – CEP 12244-000 – São José dos Campos/SP.

[alberto.morgadojr@yahoo.com.br](mailto:alberto.morgadojr@yahoo.com.br); [papali@univap.br](mailto:papali@univap.br)

**Resumo-** Este artigo visa analisar o momento do pós-abolição e a primeira República sob a ótica do movimento religioso espírita, constatando a resistência ao espiritismo popular neste período através da negação do misticismo e da religiosidade popular, sendo tais procedimentos evidenciados também pelo código penal republicano de 1890. O estudo será realizado a partir do recorte de dois jornais do início do século XX da cidade de São José dos Campos, o periódico *A Caridade* e *O Correio Joseense*<sup>1</sup>, tratando-se o primeiro de edição católica representando o movimento de romanização que chegara ao Brasil em fins do século XIX e o segundo, não religioso, apontando a influência positivista muito presente na primeira República e renegando a cultura popular e afro-descendente.

**Palavras-chave:** Espiritismo, Sincretismo, Positivismo, Pós-abolição, São José dos Campos.

**Área do Conhecimento:** História Social.

### **Introdução**

O século XIX viu surgir na Europa um grande rol de pensamentos que nasciam para propor caminhos e modelos diversos para a sociedade, o liberalismo, capitalismo, darwinismo, socialismo, comunismo, o positivismo que tomava força. Outras ideias que se encaixavam também no campo filosófico, como o espiritismo, adentravam o campo de intelectuais.

As grandes ideologias do século XIX tinham em comum a noção de que era possível reformar as sociedades e o Estado para acelerar o progresso humano rumo a uma era de maior prosperidade e felicidade geral. Acreditava-se que a ciência e a tecnologia seriam capazes de conduzir os seres humanos a um novo patamar de desenvolvimento, conforto e autorrealização. (GOMES, 2013:142)

Esta ideia de progresso será muito marcante com Auguste Comte e o positivismo, que buscava a resposta de diversas questões da sociedade e da ciência através da análise empírica:

O modelo de Comte, retomando os parâmetros das escolas empiristas,

propunha a observação sistemática para garantir a intersubjetividade de qualquer conhecimento. Para o positivismo, seria inerente a evolução humana chegar ao ponto de assumir toda crença não fundamentada em dados empíricos. (SOUZA, BIEITES. 1999: 56)

Hippolyte Léon Denizard Rivail, conhecido como Allan Kardec, era adepto das ideias positivistas, e ainda segundo Souza e Beites, Kardec afirmava ter estudado os fenômenos espíritas muito mais pelo empirismo do que pelo aspecto do sobrenatural, aplicando métodos de observação, experimentação, dedução, métodos empíricos, nunca formulando teorias pré-concebidas (SOUZA, BIEITES 1999:55).

<sup>1</sup> Documentos encontram-se sob a tutela do Laboratório de Pesquisa e documentação Histórica da Univap no Projeto de Pesquisa Pós-abolição: Trabalho e Cotidiano em Pequenas Cidades do Vale do Paraíba Paulista (1888-1930) FAPESP N° 2014/10190-4.



O Brasil em meados do século XIX começou a receber estas ideias que chegavam através de brasileiros que estudavam na Europa, e também de diversos estrangeiros que se estabeleciam no Brasil. É por volta de 1850 que o positivismo chega ao país e encontra espaço para sua propagação. Neste momento, o Império discutia a necessidade do avanço nos meios de produção, vozes abolicionistas já se manifestavam, além da necessidade de um novo sistema político, mais moderno.

O espiritismo e o positivismo encontravam adeptos entre intelectuais republicanos no Brasil, alcançando também as camadas populares, fruto do misticismo e do sincretismo religioso com a cultura dos escravos, que segundo Ubiratan Machado:

Este pitoresco quadro persistiu durante todo o período colonial, evidenciando a força da atração das soluções mágicas e sua pacífica convivência com as práticas do catolicismo (MACHADO, 1983:26)

Para evidenciarmos a análise do trecho do qual partimos para esta discussão, precisamos compreender como o espiritismo, que na Europa marchava com seus métodos científicos ao lado do positivismo, no Brasil encontrará uma barreira na República positivista nascida em 1889, derivada de sua associação com as práticas de ex-escravos e classes populares no pós-abolição e início da República.

### Metodologia

Este artigo enquadra-se na área de conhecimento da História Social, e foi desenvolvido a partir da análise de fonte primária, artigos relativos à resistência espírita encontradas nos jornais, *A Caridade* e *O Correio Joseense, de São José dos Campos*, de 1917 a 1925. Foi utilizada bibliografia pertinente aos temas contemplados pelo artigo.

### Discussão

Para o desenvolvimento da problemática levantada faremos um recorte na cidade de São José dos Campos no período da primeira República. Neste período a cidade era pequena e pouco desenvolvida. Durante o século XIX enquanto diversas cidades do Vale do Paraíba destacavam-se na produção de café, São José dos Campos não chegou a ter uma representatividade, no entanto, o

café ainda foi sua principal atividade produtora (PAPALI, 2010:122). No entanto, mesmo com a representação cafeeira menor e a população escrava chegando a representar 9,2% da população total do município, a cidade não ficou imune às tensões do pós-abolição e das correntes de pensamento em voga naquele momento.

Neste contexto, em 1917, o jornal *A Caridade*, periódico católico que circulava na cidade de São José dos Campos, traz uma manchete com o seguinte conteúdo:

**“É que mestre Satanás tinha sua clientela entre negros boçais nos tempos da bruxaria e feitiços (grifo nosso), e, como ia ficando desacreditado, abriu alguns consultórios nas grandes cidades e aí, valendo-se dos seus médiuns ou comparsas, vai povoando de loucos os hospícios e de desesperados o inferno.”** (*A Caridade*, 1917:03).

Neste trecho do jornal é possível identificar um forte teor de discriminação em relação às ideias espíritas em função de sua associação com rituais de origem africana, considerados “inferiores”, mágicos, imbuídos de feitiçarias, Maria Cristina Cortez Wissenbach aponta que a independência destes rituais populares havia recolhido elementos característicos que extrapolavam liturgias oficiais, principalmente por meio de incorporações de concepções mágicas, que seriam catalogadas no início do século XX como arcaicas e pagãs. (WISSENBACH, 1998:84)

Foram encontrados, neste mesmo periódico, em diversos momentos muitos textos que reprovavam não só o espiritismo, mas outras doutrinas como o protestantismo. Entretanto, é curioso observar como o periódico aborda a questão espírita nesta primeira República. Podemos notar que essa oposição às ideias de Kardec, procedeu especificamente de duas correntes filosóficas que tomaram força no Brasil no pós-abolição e República: o positivismo e a romanização.

A partir da década de 1870, as contradições do sistema escravista começam a dar ensejo à campanha republicana.

Nesta mesma década o espiritismo avançava na corte do Rio de Janeiro, divulgando-se entre os meios sociais mais altos, o que em seu início propiciou uma segurança contra a repressão das ideias espíritas:



Por suas posições sociais, esses franceses estavam em contato com a fina flor da sociedade imperial. Assim, a propaganda espírita fazia-se por cima. Em conversas na rua ou em saraus, a nova doutrina ia angariando os seus primeiros discípulos brasileiros. Pessoas de influência social. E que não sofreriam quaisquer repressão. (MACHADO, 1983:67/68)

Este meio intelectual que apoiava a campanha republicana trazia muitos simpatizantes da doutrina de Kardec. Dos 58 signatários do Manifesto Republicano de 1870, dois já eram declaradamente espíritas, Bittencourt Sampaio e Otaviano Hudson, outros de declarariam depois simpáticos ao espiritismo, como Antônio da Silva Neto, que mais tarde inaugurará a primeira sociedade espírita da corte e Quintino Bocaiuva. Saldanha Marinho abriria em seu jornal *A República*, espaço para a divulgação da doutrina espírita em 1871. (MACHADO, 1983:103/107)

Os republicanos militares, muito adeptos do positivismo difundido no exército particularmente pela influência de Benjamin Constant, possuíam a ideia de construir a República positivista:

O projeto positivista de republica pressupõe uma ditadura militar, apoiada na ideia da ordem como o caminho para o progresso. Lema que acabou por tornar-se o da bandeira da Republica. Embora nem toda a oficialidade seja republicana e positivista, os militares em seu conjunto confrontam-se com as elites políticas civis e, particularmente, com o projeto liberal de republica. E sempre importante lembrar que o positivismo não se restringe aos militares. As faculdades de direito são, como as escolas militares, focos de difusão das ideias positivistas. (RESENDE, 2006:101)

Essa concepção de progresso não permitia a mentalidade mística, sincretizada com os costumes dos ex-escravos e camadas populares. O espiritismo teve grande expansão em dois pontos específicos, Rio de Janeiro e Bahia, que também concentravam o maior número de negros no país. As crenças religiosas praticadas durante a escravidão, haviam aberto caminho para a popularização da doutrina de Kardec. Neste sentido, com o advento da República, o avanço da ciência e do ideal da modernidade, era precisa separar o Brasil das credices e do misticismo. O

positivismo que até então andara com os espíritas na Europa, no Brasil buscava separar-se deles. O medo da disseminação de curandeirismo, fetichismo e práticas religiosas relacionadas à cultura popular, fez com que os juristas da República elaborassem um código penal singular, onde no artigo 157, buscava-se acabar com as práticas dos médiuns receitadores, na homeopatia e principalmente no “espiritismo popular”, em que as práticas europeias, originadas de Kardec, haviam se fundido com as crenças de origem negra.

Esse espiritismo popular, que invocava de preferência espíritos de caboclos e de ex-escravos, que também fluidificava a água, mas receitava mezinhas e ervas, ao lado dos tabletes homeopáticos, é que incomodava a classe que ascendera ao poder com a República. Classe que desejava aparentar um Brasil branqueado, asséptico e comteano, esses positivistas pareciam desconfiar de tudo o que tivesse uma origem popular brasileira. O que emanasse da Europa e aqui se mantivesse incontaminado, não os incomodava. (MACHADO, 1983:175)

Maria Cristina Cortez Wissenbach, nos mostra como se dava as mutações das doutrinas no Brasil, quando em contato com as camadas populares:

A diversidade sempre foi característica das manifestações culturais e religiosas brasileiras. Roger Batisde, com um olhar acostumado à longevidade e às permanências do folclore europeu, admirava-se da extrema fluidez que aqui encontrava: por vezes, expressões similares com léxicos regionais distintos ou, ao contrário, uma mesma denominação que encobria realidades diferenciadas; mutabilidade e plasticidade ao longo do tempo – nascidas nas estratégias de conversão, logo adquiriam vida própria, transmutando-se em expressões originais. Sem dúvida, tais manifestações continham a fluidez e a pluralidade da sociedade da qual eram expressão. (WISSENBACH, 1998: 90/91)

Com o código penal republicano oficializando a criminalização das práticas espíritas, podemos perceber no periódico *O Correio Joseense* um exemplo de denúncias feitas a casas de estudos



espíritas, como no trecho a seguir, de 29 de janeiro de 1925, onde a redação pede providências da polícia a uma casa na rua Humaytá:

A despeito das providências tomadas pela polícia, continua em franco trabalho, um centro espírita, instalado em um prédio da rua do Humaytá, atraindo ali pessoas ignorantes do grande perigo que a pratica dessa seita acarreta.”  
 “Isto não pode continuar e como medida de Higiene moral, é preciso um acrío corretivo, mandando a digna autoridade policial fechar este antro perigoso.” (Correio Joseense, 29 de Janeiro de 1925:03).

A simples prática do espiritismo não constituía crime, o código não se referia ao espiritismo como religião ou culto público, o que se proibia era seu aspecto mágico. Com este artigo os legisladores autorizavam a polícia a perseguir tendas e centros de cultos afro-brasileiros. Neste primeiro momento não existiam nomes que diferenciavam os cultos dos brancos e dos negros, chamava-se espiritismo as religiões espiritualistas, o que diferenciava era o caráter de classe, onde não existia perseguição aos cultos frequentados por pessoas de mais alta classe social. (MACHADO 1983:178)

A perseguição do código penal só encontraria paralelo com a Igreja católica, não só populares aderiam à doutrina, como muitos componentes da classe média católica. A Igreja do Brasil recebia neste momento uma linha teórica iniciada em 1848 por Pio IX, o ultramontanismo ou romanização, onde retomava o fio de uma tradição que havia sido interrompida pela onda liberal em que a Europa vivia no século XIX.

O Papa recuperava a linha de pensamento de Gregório XVI e defendia o caráter imutável da disciplina da Igreja, e defendia na encíclica *Mirari Vos* a relação entre Igreja e Estado, mais tarde a *Syllabus* trará de volta o dogma da infabilidade papal e a preponderância da autoridade espiritual da Igreja sobre a sociedade civil. (HOLANDA, 1985:326)

A influência do catolicismo no país chegou também à filosofia das escolas superiores, que fora substituindo aos poucos escolas de Kant, Zeiller, Ahrens e outros pela escola cristã. (HOLANDA, 1985:327). Esta influência permeou o fim do Império e encontrou na primeira República espaço para difusão.

Este momento também pode ser destacado no recorte que temos dos periódicos da cidade de São José dos Campos, como na manchete de A

*Caridade* de 1917, onde o jornal apresentava condutas que não deveriam ser praticadas pelos católicos da cidade:

Nenhum católico pode, sob pena de pecado mortal, assistir reuniões do culto protestante, do espiritismo, etc., e nem ler livros, livretes, circulares ou cousa que o valha, que tratem desses assumptos tão perniciosos à nossa fé.” (A Caridade, 1917:02).

Podemos perceber neste caso, a resistência por parte também dos cultos protestantes, consequência da romanização ainda presente na sociedade brasileira. Em artigo do mesmo ano, A *Caridade* publica:

Se lhe pedem Iscariotes, Pilatos, Lutero ou Allan Kardec, dá-os logo ao freguês, como se fossem autênticos, embora lá estejam onde Deus os colocou, estranhos ao chamado. (A Caridade, 1917:02)

Portanto, podemos ver que a expansão das três linhas no Brasil, revela particularidades da cultura brasileira, principalmente quando o religioso está associado ao mundo dos negros, camadas populares e excluídos. Espiritismo e positivismo caminhavam em direções similares na Europa, no entanto, no Brasil se dissociaram amparados pela romanização católica que propiciava um momento de retenção de outras doutrinas religiosas.

### Considerações Finais

As diversas correntes filosóficas que chegaram ao Brasil no século XIX, movimentos cujas propostas fundamentavam-se no “progresso”, na razão e na ciência, encontraram um momento de turbulências sociais. A tentativa de modernização do país que nascia como uma República positivista, pautada no avanço científico que rejeitava credences e costumes populares, e buscava um país embranquecido, encontrou desafios que se refletiram no código penal de 1890.

A inserção da doutrina espírita no imaginário social brasileiro, encontrou campo nas relações com as crenças de origem africanas e com forte acepção teológica mística, causando embates com a República recém proclamada, a qual baseava-se no positivismo de Comte, com suas ideias de ciência e progresso que não concordavam com as crenças populares.



Associado a este momento a primeira República conviveu também com o processo de romanização, bastante forte no período de vigência dos recortes que nos dispomos a analisar.

Observamos, por meio do recorte que realizamos na cidade de São José dos Campos do início do século XX, que mesmo a cidade sendo, na época, pequena e interiorana representava características do momento pelo qual o Brasil passava.

O espiritismo popular assentou seu edifício sobre dois pilares principais, a mulher e o negro, segundo Emídio João, seria a doutrina que traria a mulher a seu lugar devido (MACHADO, 1983: 182). Por isso a relação do que também foi chamado de “baixo espiritismo”, com as camadas suprimidas da sociedade, impôs ao momento de inovações pelo qual o país buscava atestar-se um desafio a ser superado, como de uma forma geral tudo que fosse relevante às práticas dos herdeiros das senzalas.

#### Fontes Primárias:

Jornal A Caridade, 1917.

Jornal Correio Joseense 1920 – 1925.

#### Referências

GOMES, A. **O espiritismo no código penal de 1890: as discussões de sua criminalização nos periódicos do Rio de Janeiro**. 2013. Belo Horizonte. Cadernos de História.

GOMES, L. **1889 – Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Prclamação da República no Brasil**. 2013. São Paulo Editora:Globo Livros.

HOLANDA, S. B. **II O Brasil Monárquico – 4. Declínio e queda do Império**. 1985. São Paulo. Editora: Difel.

MACHADO, U. **Os intelectuais e o espiritismo – De Castro Alves a Machado de Assis**. 1983. Rio de Janeiro. Editora: Antares Universitária.

PAPALI, M. A. **A vida na abolição (1888)** in Papali, M. A. e Zanetti, V. **São José dos Campos: de aldeia a cidade** 2010, São Paulo, Editora Integraf

RESENDE, M. E. L **O processo político na Primeira Republica e o liberalismo oligarquico** in Ferreira. J. E Delgado, L. A. N. **O Brasil Republicano** 2006, Rio de Janeiro, Editora: Civilização Barsileira

SCHWARCZ, I. M. **O espetáculo das aças – Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. 1993. São Paulo. Editora: Companhia das Letras.

SOUZA, A. J.e BIEITES. A. R. "O positivismo e o movimento espírita no Brasil." *Logos* 6.2 (1999): 54-58.

WISSENBACH, M. C. C **Da escravidão à liberdade: Dimensões de uma privacidade possível** in Novais, F. A.E Sevcenko, N. **História da vida provada no Brasil**, 1998, São Paulo, Editora Companhia das Letras.